

Comércio e Consumo de Mapas no Império português, século XVIII e XIX.

Iris Kantor (University of São Paulo – Brasil)

João Carlos Garcia (University of Porto – Portugal)

Os mapas dos novos espaços geográficos dados a conhecer na Europa através dos portugueses, na sua versão manuscrita, circularam por uma rede de actores directamente envolvidos nos empreendimentos militares, diplomáticos, missionários e comerciais da expansão marítima. Desde o século XVI, e apesar das tentativas de controlo na circulação, esses exemplares chegavam às cidades francesas, holandesas, alemãs ou inglesas, onde eram gravados e editados, sendo essas imagens posteriormente vendidas, também para Portugal e seu império.

São poucos os mapas impressos portugueses comercializados durante o século XVIII. Com a criação da *Academia Real de História Portuguesa*, em 1720, houve uma clara preocupação não só em adquirir mapas para o uso dos historiadores, como também de gravar mapas para incluir nas obras patrocinadas pela instituição. No reinado de José I (1750-1777), foram contratados gravadores responsáveis pela elaboração de gravuras, partituras musicais e mapas. A Coroa deu importância à cartografia hidrográfica como complemento aos roteiros náuticos, já com alguma difusão editorial.

Uma mudança de dimensão na produção da cartografia impressa só ocorreu com a fundação em Lisboa, da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, em 1798, e da Oficina Calcográfica do Arco do Cego, em 1799. Com a Sociedade definiu-se pela primeira vez uma política oficial de impressão e comercialização de mapas nos domínios portugueses. Entre os objectivos da nova instituição cabia-lhe o exame, correcção e aprovação da venda de todas as cartas impressas, tanto nacionais como estrangeiras. Por seu lado, a Oficina contou com gravadores altamente especializados responsáveis pela elaboração de cartografia enviada para todo o império português. Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, os técnicos das referidas instituições vieram a ser aí incorporados na Tipografia Régia, continuando o trabalho em curso, desde 1809.

O mercado de mapas em Portugal e seu império pode ser caracterizado pela encomenda, importação e aquisição de muitos milhares de exemplares editados no estrangeiro, mapas avulsos, atlas ou folhas de atlas, insertos em livros e mapas parietais. O melhor meio para avaliar a quantidade e diversidade dessas compras é o registo das alfândegas e a informação da Real Mesa Censória, que controlava a entrada das obras proibidas. Existem dados sobre a chegada de livros, gravuras e mapas da Alemanha, Holanda, França, Itália, e concretamente de Hamburgo, Amesterdão, Ostende, Londres, Génova, Veneza e Cádiz.

São os livreiros e mercadores de livros estrangeiros, particularmente os franceses, numa estreita rede de famílias provenientes de Monestier de Briançon, actualmente Monêtier-les-Bains (Hautes-Alpes), que controlava em Lisboa, o negócio dos livros, das gravuras e dos mapas. Desde o segundo quartel do século XVIII encontramos na capital: os Aillaud, os Bertrand, os Bonnardel, os Borel, os Carbbonnel, os Collomb, os Rey, e também os Reycent, de Turim, mas com raízes em Monestier. Os seus estabelecimentos concentravam-se na parte alta da cidade de Lisboa, em torno das Portas de Santa Catarina. Porém, o comércio também se fazia em casa dos gravadores e editores, nos conventos e nas estalagens onde se instalavam os vendedores ambulantes. Muitos dos exemplares dos mapas vendidos avulsos, referem o local de venda na cidade e mesmo o preço.

A partir de Lisboa era feita a redistribuição para os clientes espalhados pelo País e cidades da América do Sul e da Ásia. Como noutros países também em Portugal muito do comércio livreiro se fazia nas feiras das pequenas cidades e vilas (Viseu, Évora, Setúbal, Golegã), sendo famosos como vendedores os cegos, que possuíam privilégio real para comercialização de livros. Mas também os grandes editores de Genève, Nêuchatel e Lyon enviavam a sua produção directamente para clientes portugueses em Lisboa (capital), Coimbra (sede da única universidade) e Braga (o maior centro religioso).

Livreiros sediados em Lisboa despachavam mapas para serem vendidos em Goa e Macau mas, principalmente, nas cidades brasileiras do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, São Luís do Maranhão e Belém do Pará. Nos inventários das livrarias brasileiras em fins do século XVIII, o consumo de livros de geografia e mapas é bastante frequente

embora pouco expressivo quando comparado com as obras religiosas, de medicina e de direito. Nas cidades da América portuguesa praticamente não havia comércio livreiro especializado. Os livros, estampas ou partituras eram vendidos em lojas de tecidos, ferragens, boticas e armazéns, juntamente com as demais mercadorias. Para adquirir mapas era necessário contar com agentes comerciais no Reino capazes de obter a autorização das censuras régia e inquisitorial.

A publicidade sobre o comércio de mapas fazia-se através de catálogos de livreiros e dos periódicos, como as gazetas, que desde 1704, davam notícia da escassa produção nacional mas, sobretudo, dos livros e mapas importados do Norte da Europa.

Os principais compradores eram as bibliotecas reais (Lisboa e Mafra) e as academias, a aristocracia e a elite cortesã, os diplomatas e os eruditos, a administração pública e as instituições militares, as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, e os livreiros. Com o fim da Guerra de Sucessão de Espanha (1713), a Coroa portuguesa viu-se impelida a proteger o seu património ultramarino ameaçado. Os embaixadores portugueses foram responsáveis pela dinamização de uma rede europeia de intercâmbios cartográficos, por seu intermédio os mapas eram encomendados às casas editoriais estrangeiras. Tais mapas chegavam às Secretarias de Estado, às academias eruditas e às colecções das famílias aristocratas. Nas academias militares, os professores escreveram, traduziram e publicaram manuais, e organizaram colecções de prospectos, plantas de praças militares e mapas topográficos, a maioria dos quais estrangeiros, adquiridos por compra ou oferta.

Tanto no Brasil como na Índia e na China, os Colégios portugueses da Companhia de Jesus não só produziam cartografia original, sigilosa ou divulgada pela imprensa, como mantinham os seus observatórios astronómicos e bibliotecas permanentemente actualizados por meio da compra de livros, atlas, mapas e instrumentos científicos. Os inventários de bens dos colégios atestam também uma significativa presença de mapas murais, utilizados para ornamentar bibliotecas, salas de jantar e dormitórios. Muitas vezes a renda das suas farmácias revertia mesmo para a importação e posterior revenda de livros e gravuras impressas.

A realização de leilões de bibliotecas e de colecções privadas, particularmente em Lisboa, era ocasião privilegiada para se transacionarem mapas e atlas manuscritos e impressos. Do saque dos arquivos portugueses pelos exércitos napoleónicos aparecerão mapas nos leilões de Paris, após a paz na Europa, como o do Marechal Junot, que comandara a ocupação de Lisboa em 1807.

Os mapas circulavam através das heranças familiares ou das ofertas como objectos preciosos e decorativos, mas não só, também, por meio de caminhos mais acidentados do roubo, do contrabando, e como objectos de espionagem. A compra e venda clandestinas de mapas manuscritos ocorria especialmente em período de guerra, ultrapassando o sigilo político, diplomático e militar e para as imagens dos territórios coloniais, menos conhecidos e economicamente cobiçados, como na segunda metade de Oitocentos, quando a Coroa portuguesa empreende um esforço sistemático de mapeamento e demarcação dos seus domínios, especialmente, no continente sul-americano.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de (1991) – “D. João V e a Biblioteca Real”, *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 36, p. 413-438.

CURTO, Diogo, ed. (2006) – *As Gentes do Livro. Lisboa, século XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

DOMINGOS, Manuela (2000) – *Livreiros de Setecentos*, Lisboa: Biblioteca Nacional.

FARIA, Miguel Figueira de (2005) – *A Imagem Impressa: produção, comércio e consumo de gravura no final do Antigo Regime*, Porto: s.n. (Ph.D. History of Art, Faculty of Arts, University of Porto).

MANDROUX-FRANÇA, Marie Thèrese, ed. (1996-2003) – *Catalogues de la Collection d’Estampes de Jean V, roi de Portugal par Pierre Mariette*, 3 vol., Lisbonne : Fundação Calouste Gulbenkian.

Renata Santos. *A Imagem Gravada: a gravura no Rio de Janeiro entre 1808-1853*, Casa da Palavra, 2008, p. 40-41.